

Psicologia social, representações sociais e métodos

Clélia Maria Nascimento-Schulze e Brígido Vizeu Camargo
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este artigo visa contribuir para o debate sobre alternativas metodológicas no estudo das representações sociais situando a discussão num contexto da pesquisa em psicologia social. Numa primeira parte, considera-se as opções metodológicas no estudo das representações sociais caracterizando as abordagens qualitativas e quantitativas. A discussão que se estende aos métodos da psicologia social aborda questões como: objetividade, controle, interpretação e explicação. Numa segunda parte, particular atenção é dada à utilização do material textual (escrito ou proveniente da fala) enquanto indicador empírico das representações sociais. Discute-se o estatuto do material textual no contexto da análise do discurso. Conclui-se sobre a pertinência das opções metodológicas consideradas atreladas ao nível de conhecimento sobre a temática estudada, à questão de pesquisa e à sofisticação do modelo teórico utilizado.

Palavras-chave: representações sociais, método quantitativo, método qualitativo, análise textual.

Social psychology, social representation and methods

Abstract

The present article aims at contributing to the debate on alternative methods for the study of social representation. First of all, different options on the study of social representation are described and the qualitative and quantitative methods are differentiated. The discussion, including also social psychology methods, deals with: objectivity, control, interpretation and explanation. In the second part, particular attention is given to the usage of the textual material as an empirical indicator of social representation, and a distinction between the content analysis and discourse is presented. The appropriateness of each methodological choice must be seen as related to the level of knowledge the theme studied, to the research goal and finally, to the complexity of the theoretical framework used.

Key words: social representation, quantitative method, qualitative method, textual analysis.

Esta primeira parte busca identificar os diferentes enfoques metodológicos utilizados nas pesquisas em representações sociais assim como na pesquisa em psicologia social em geral. Há também uma tentativa de caracterizar a dimensão psicossocial situando a discussão dentro de um panorama da ciência contemporânea.

Representações sociais e opções metodológicas

Duas orientações se destacam quando buscamos caracterizar as pesquisas e os estudos em representações sociais: uma voltada para as questões culturais e históricas, que busca compreender os processos que geram e mantêm as representações vivas nas interações

entre os indivíduos e grupos sociais, e outra orientação mais voltada para as questões estruturais das representações sociais, compartilhadas tanto em nível cognitivo quanto lingüístico.

Estas duas orientações sugerem abordagens metodológicas que deem conta seja das características mais processuais seja das mais estruturais do objeto em escrutínio. Assim, a orientação voltada para os processos envolvidos na gênese das representações sociais, recorre a metodologias que permitam uma descrição de como tais processos se iniciam e operam num contexto específico. Já a orientação estrutural, como por exemplo a teoria do núcleo central de Abric (1994), se utiliza frequentemente do método experimental sempre que se faz necessário o detalhamento de alguma relação entre os conceitos teóricos estudados.

Além dessas orientações, deve-se considerar o nível de complexidade dos fenômenos investigados pela teoria das representações sociais. Busca-se dar atenção ao contexto do estudo, mas também à diversidade de olhares e vozes que caracterizam os grupos sociais relevantes para o estudo de determinadas representações. Jodelet (1989a) defende a ideia de que as escolhas metodológicas devam estar identificadas com as condições sob as quais as representações sociais emergem e funcionam. A escolha de uma metodologia diversificada pode contribuir para cercar a complexidade do fenômeno estudado.

Wagner (1998), define as representações sociais como uma forma de enfrentamento simbólico, que visa domesticar fatos brutos da realidade com o objetivo de dominar o desconhecido ou o não familiar. Segundo ele, a representação social pode ser vista como o ato de construir objetos sociais através da interação social e, enquanto conceito, envolve tanto a atividade discursiva quanto a atividade aberta e expressa. Para o autor, ação e fala são parte integral da representação, embora ocorra frequentemente que os pesquisadores optem por estudar apenas elementos da fala ou do texto ao desenvolverem seus planos metodológicos. A investigação de Jodelet (1989b) sobre a loucura, pode ser mencionada como um exemplo de estudo em que tanto o significado transmitido pela fala quanto a ação contextualizada são considerados ao analisar o fenômeno estudado.

Em um artigo voltado para a teoria e método das representações sociais (Wagner e cols., 1999), são apresentados seis exemplos de pesquisa empírica sobre representações sociais que consideram desde a observação etnográfica até a experimentação de laboratório:

1. Duveen e Lloyd, se utilizam do método etnográfico para descrever a ontogênese de gênero com crianças da pré-escola e em fase escolar. Concluem que a perspectiva das representações sociais lhes permitiu capturar a complexidade do processo de desenvolvimento da identidade de gênero nas crianças, sendo que tal abordagem também lhes permitiu clarear aspectos do processo de desenvolvimento das próprias representações enquanto conceito.
2. Jovchelovitch, se utilizou de entrevistas, grupos focais e material da mídia, para acessar as representações sociais sobre a esfera pública em espaços públicos. Tal abordagem lhe permitiu chegar a categorias de análise produzidas pelos leigos e que contemplavam estruturas culturais, sociais e históricas da esfera pública.
3. Rose analisou a contribuição da mídia, na Inglaterra, na divulgação de temas como a loucura e a doença mental. Através de uma estrutura de codificação, observou em detalhe programas de televisão, chegando à estrutura e significado do objeto em questão. Discutiu o papel central que os estudos de representações sociais ocupam enquanto guias para a elaboração de políticas públicas.
4. Lorenzi-Cioldi, descreveu um estudo sobre as concepções de androginia no cotidiano, utilizando-se de um método de associação livre de palavras. As respostas foram submetidas a uma análise de correspondência lexical. Este tipo de análise desvendou princípios estruturais das representações de androginia.
5. Markova, apresentou um estudo sobre as representações sociais da democracia, por parte de cidadãos de países que passaram pelo regime comunista. O estudo se utilizou de questionários mas também de entrevistas e

grupos de discussão na coleta de dados. Utilizou-se de análises do tipo quantitativo envolvendo duas gerações de sujeitos dentre os 2.600 respondentes. Os resultados evidenciam a contribuição da teoria das representações sociais no estudo de macro fenômenos, demonstrando uma forte relação entre as representações sociais e os valores tradicionais já presentes antes do domínio soviético.

6. Wagner, por sua vez, relatou um estudo experimental em que testou o uso de metáforas, com sujeitos austríacos, na apresentação de conteúdos científicos como o processo natural da concepção e a interação entre o óvulo e o espermatozóide. No delineamento experimental do tipo 2 X 2, as comparações metafóricas foram cruzadas com duas dimensões em que variavam os atores envolvidos. Os resultados acusaram uma relação entre atribuições de masculinidade ao espermatozóide e de feminilidade ao óvulo e o nível de conservadorismo dos sujeitos. Concluiu-se que o uso de metáforas num contexto experimental evidenciou seu papel importante enquanto facilitadora na apropriação de conteúdos científicos por parte de leigos.

Os exemplos apresentados acima servem tanto para ilustrar a diversidade de métodos utilizados no estudo das representações sociais, como para introduzir a idéia de que as pesquisas na área apresentam um caráter inovador no que tange a escolha e o desenvolvimento de metodologias apropriadas a cada objeto específico. Os quatro primeiros estudos seguem abordagens metodológicas consideradas como qualitativas, sendo que os três últimos podem ser vistos como tendo uma orientação que privilegia dados e tratamentos quantitativos.

Flick (2001), em um livro dedicado a Serge Moscovici, discute a abordagem qualitativa no estudo das representações sociais. Segundo ele, Serge Moscovici inaugurou uma "psicologia social interpretativa" ao longo de seu programa de estudos sobre representações sociais.

A teoria das representações sociais surge num estágio da modernidade caracterizado por uma marca-

da individualização dos estilos de vida (Beck, 1992). Identifica-se que neste estágio, as ciências sociais abandonam as grandes narrativas buscando narrativas situacionalmente circunscritas. As rápidas mudanças sociais e a diversificação dos estilos de vida (Giddens, 1991) confrontam os pesquisadores com novos contextos e perspectivas de análise dos fenômenos sociais. Flick (2001) argumenta que os programas de estudos sobre representações sociais podem auxiliar os pesquisadores a identificar diferentes visões e interpretações da realidade social em mudança, já que a preocupação dos teóricos em representação com as teorias do senso comum necessariamente voltam seus olhares para os elementos da vida cotidiana compartilhada.

Flick reconhece que os pesquisadores são freqüentemente confrontados com tópicos que são muito mais complexos do que os métodos disponíveis para abordá-los. A abordagem qualitativa desenvolve delineamentos metodológicos que buscam ser suficientemente abertos para fazer justiça à complexidade dos temas atuais. Nesta abordagem, os fenômenos não são fragmentados em variáveis simples mas são estudados na sua totalidade. Este autor argumenta que tanto a subjetividade do pesquisador quanto daqueles que são estudados, fazem parte do processo de pesquisa e nesta óptica, busca-se compreender o fenômeno no seu interior.

Cabe registrar aqui que se estamos de acordo com alguns pressupostos da teoria das representações sociais como: a não ruptura entre mundo interno e externo; a ausência de separação entre os sujeitos que representam e o objeto representado; a possibilidade de inclusão da visão de mundo do pesquisador na construção do objeto de pesquisa e o fato de não vermos um antagonismo entre a constatação dos dados empíricos observáveis e a aceitação da realidade como sendo simbolicamente construída pela sociedade; também aceitamos o pressuposto de que os dados das investigações sejam coletados e analisados buscando-se uma objetividade.

Pelo próprio objetivo de desvendar o senso comum, os trabalhos inspirados pela teoria das representações sociais correm o risco de ter os pressupostos do investigador confundindo-se com as representações sociais dos grupos estudados. Assume-se que

a objetividade possa ser alcançada através da discussão aberta com os pares quando buscam-se explicações e interpretações alternativas.

Wallerstein e cols. (1996), auxiliam a posição aqui defendida quando afirmam que:

“O fato de o conhecimento ser socialmente construído significa também que é socialmente possível haver um conhecimento mais válido. O reconhecer-se as bases sociais do conhecimento, em nada contradiz o conceito de objetividade. Pelo contrário, defendemos que a reestruturação das ciências sociais de que aqui falamos é capaz de aumentar essa possibilidade, desde que se tome em consideração as críticas feitas à prática do passado e que erijam estruturas mais autenticamente pluralistas e universais” (p.132).

Métodos e psicologia social

O debate iniciado acima, no âmbito da pesquisa em representações sociais, se estende à grande área da psicologia social e nesta seção do trabalho, traremos contribuições que nos auxiliarão a aprofundá-lo.

Uma das características marcantes da psicologia social tem sido a de fornecer micro-teorias que são instrumentais para a descrição e previsão do comportamento social. Como exemplos podemos mencionar as teorias de atitudes, de tomada de decisão, das minorias ativas, de relações intergrupais, de representações sociais, da atribuição de causalidade, da formação de impressões, da comparação social, de auto categorização, entre outras (Ver, Hewstone, Stroebe, Codol, e Stephenson 1989; Moscovici 1984; Secord e Backman, 1964; Vala e Monteiro, 1993). Os psicólogos sociais responsáveis pelas teorias supra citadas esforçaram-se em formulá-las o mais clara e explicitamente possível, evitando explicar eventos semelhantes através de princípios contraditórios, e buscando cobrir uma amplitude de fenômenos em vez de se basear em diferentes explicações *ad hoc*. Busca-se

chegar a evidências que estejam abertas para a investigação pública, possibilitando assim que os estudos possam ser criticados e em alguns casos até replicados. Desta forma, o desenvolvimento das teorias psicossociais está calcado nas evidências de dados empíricos. Tradicionalmente, no processo do desenvolvimento destas micro teorias, o psicólogo social tem se utilizado de evidências obtidas na experimentação. O termo “micro” é utilizado no sentido de evidenciar o escopo mais localizado de cada uma das teorias mencionadas. Dentre estas, a teoria das representações sociais (Moscovici, 1976 e 1981) e a teoria da identidade social (Tajfel e Turner, 1986), destacam-se como exemplos de teorias integradoras, que se aproximam de um nível de análise mais sociológico.

Considerando que a experimentação de laboratório tem tradicionalmente sido o método utilizado pelos psicólogos sociais na construção das teorias acima mencionada, Tajfel, ao arrolar os métodos mais usados na psicologia social da época, organizou-os em torno de uma dimensão de controle exercido pelo pesquisador (1978, p. 41).

Alto controle	Experimento de laboratório Experimento de campo Experimento natural Survey
Baixo controle	Observação controlada Observação participante

Quadro 1. Representação esquemática dos níveis de controle na experimentação.

É importante enfatizar aqui que todos os métodos levantados por Tajfel são métodos empíricos, e assim, o experimento de laboratório seria uma sub-classe da categoria “pesquisa empírica” e não um sinônimo da mesma, e tanto a observação como a *survey* também podem ser qualificadas como formas alternativas de pesquisa empírica.

Tajfel (1978) considera que essa dimensão do controle exercido pelo pesquisador, relativa aos métodos acima mencionados, está diretamente relacionada com o quão real a situação de estudo parece ao sujeito. O que parece ocorrer é que quanto maior é o controle exercido pelo investigador na escolha de uma metodologia, tanto mais artificial será a situação e menor será "o impacto de realidade" da mesma. Por outro lado, quanto menor o controle exercido pelo pesquisador sobre a situação, tanto maior o "impacto de realidade" desta metodologia sobre o ator em questão e consequentemente, mais espontaneamente ele estará agindo.

No caso do experimento, poderia ser considerado o método indicado por excelência no desenvolvimento de teorias que carecem do suporte empírico, sendo adequado para o teste de hipóteses mais refinadas, servindo como uma ferramenta que auxilia no exame das relações entre conceitos relevantes que podem refutar ou fortalecer uma determinada teoria. Todavia, se aceitamos que o ator social é consciente de sua participação numa determinada situação experimental e que pode escolher alternativas de ação, ele poderá omitir aspectos vitais para a compreensão de um fenômeno. Ou então, o próprio experimentador poderá estar exercendo demandas ou pressões que levam o ator a buscar agradá-lo, e não a agir como normalmente o faria.

A contribuição para uma reflexão sobre os métodos corresponde a uma época específica em que o ideal científico enfatizava a explicação dos fenômenos sociais e o empendimento central dos pesquisadores era o de criar teorias com um alto poder explicativo. Atualmente, muitos psicólogos sociais têm privilegiado, em seus trabalhos de pesquisa, uma orientação mais qualitativa, que busca a compreensão em profundidade dos fenômenos estudados.

Bauer e Gaskell (2000) trazem uma importante contribuição neste sentido, em um livro por eles organizado, em que fazem uma revisão bastante atualizada dos métodos utilizados na pesquisa social abordando não apenas as novidades metodológicas dentro do enfoque qualitativo, mas também o quantitativo e as diferenças entre os dois. Além dos

estudos com questionários e entrevistas, consideram diferentes modalidades de textos assim como som e imagem, enquanto fontes de dados.

Estes autores reconhecem quatro dimensões metodológicas na pesquisa social e assumem que o processo de pesquisa pode combinar elementos ao longo destas dimensões que seguem abaixo:

1. *Os princípios do delineamento da pesquisa*, onde incluem os estudos de caso, estudos comparativos, levantamentos com amostragem, experimentos, observação participante e etnografia.
2. *A obtenção de dados*, onde consideram a entrevista individual, o questionário, os grupos focais, filmes, vídeos, observação sistemática, coleta de documentos e gravação de sons.
3. *A análise de dados*, que se subdivide em análise formal e informal. A formal envolve os modelos estatísticos e as análises estruturais. A informal envolve análise de conteúdo, a indexação, a análise semiótica, a análise da retórica e a análise do discurso.
4. *O interesse do conhecimento*, que se refere às tradições dos cientistas que podem ser identificadas em três categorias: controle e predição, construção de consenso e emancipação e poder (*empowerment*) (Bauer e Gaskell, 2000).

Os autores admitem que muitas confusões ocorrem quando se busca distinguir entre pesquisa quantitativa e qualitativa. Isso ocorre porque as dimensões de evocação e análise de dados, são confundidas com o delineamento do estudo e o interesse de pesquisa.

Afirmam que é possível conceber um delineamento experimental que envolva uma entrevista como forma de evocação dos dados. Ou então um estudo de caso, pode incorporar um questionário usado em pesquisas do tipo *survey* e ainda envolver técnicas de observação. Os autores sugerem que as quatro dimensões mencionadas sejam consideradas como sendo escolhas relativamente independentes, e que a decisão sobre o método ser considerado quanti-

tativo ou qualitativo seja relativa à obtenção de dados e aos métodos de análise e somente secundariamente relativa ao delineamento da pesquisa e aos interesses da pesquisa.

Bauer e Gaskell (2000) ainda argumentam que não podemos pensar em quantificar sem qualificar, e que necessitamos ter uma noção prévia de distinções qualitativas entre categorias sociais antes de nos propormos a medi-las. Além disso, as análises estatísticas carecem do processo da interpretação uma vez que os dados não falam por si mesmos

Se examinarmos cada um dos métodos considerados acima (Tajfel, 1978, Bauer e Gaskell, 2000) todos parecerão adequados em alguns aspectos e inadequados em outros. Não se trata de criticar um determinado método em particular, mas sim de se considerar a sua pertinência e utilidade na busca de explicações, repostas ou interpretações dadas a partir de um problema de pesquisa. Desta perspectiva, nenhum método poderá isoladamente resolver todos os problemas relacionados à pesquisa empírica. Diferentes pesquisas empíricas partem de distintas posturas teóricas ou até mesmo da ausência de um marco teórico mais definido, e esses aspectos devem ser levados em conta quando se faz uma opção metodológica. Observações são mais adequadas para se responder a questões ingênuas e sem suporte teórico. Num outro extremo, a experimentação parece ser a ferramenta mais adequada para se testar afirmações e relações conceptuais que buscam explicar certos fenômenos. Concluindo, a força e a sofisticação metodológica da psicologia social repousa não em um único método de pesquisa, mas numa variedade de métodos disponíveis a serem utilizados.

O material textual como indicador de representações sociais

Na segunda parte deste trabalho vamos considerar aspectos metodológicos, relativos à utilização da linguagem como indicador de representações sociais, que envolvem sobretudo os métodos de *survey*, observação controlada e delineamentos

quasi-experimentais de campo, onde a linguagem natural passa a ser considerada de modo sistemático e padronizado.

Apontaremos alguns problemas na utilização do material textual nos estudos de representações sociais e consideraremos dois modos, complementares, de análise deste tipo de material que têm sido difundidos recentemente entre nós (análise de evocação e de associação de palavras, e análise hierárquica descendente de segmentos de texto). O termo "indicador", empregado no subtítulo para designar a relação empírico-teórica no estudo das representações sociais, foi explicitado por Lazarsfeld (1965).

A natureza do fenômeno das RS e os recursos teóricos que procuram apreendê-lo conferem limites para a utilização de material textual como indicador desta produção simbólica coletiva. A teoria das RS sociais não ignorou os desenvolvimentos teóricos no campo da psicologia social da comunicação e das interações sociais. O estudo fundador (Moscovici, 1961/1976) dedicou metade do seu volume a análise do conteúdo e dos sistemas de comunicação envolvidos na disseminação da psicanálise na França dos anos 50. No Brasil somente a outra metade deste estudo foi traduzido (Moscovici, 1978), e a parte que ficou sem tradução explica como as RS nascem, se espalham e perecem, ou seja, detalha a teoria dos sistemas de comunicação social (Camargo, 1997; Rouquette, 1973).

Quando se trata de um estudo sobre RS, textos provenientes das falas de indivíduos (em situação de entrevista sistemática ou não, bem como em situação de exposição oral), de cartas, diários, redações ou outros escritos (artigos, poesias etc.), veiculados pela mídia ou não; importam menos pelas suas qualidades formais que pelo seu conteúdo, sobretudo pela possibilidade deste conteúdo indicar posições, sentimentos, cognições e predisposições à adoção de condutas diante do referente, do que é dito ou escrito. Não podemos esquecer que a fala ou o texto de cada participante de uma dada pesquisa comunicam a compreensão deles sobre aquilo que ela ou ele re-apresenta (o seu objeto, o seu referente).

A comunicação, condição básica à interação social, possibilita que os indivíduos compartilhem seu conhecimento prático sobre os objetos, situações

e problemas mais importantes do cotidiano. No entanto, sob o termo "comunicação" agrupa-se um maior número de situações que interferem nas interações sociais do que o termo "linguagem".

Conforme Sapir (1921/1985), a linguagem é um método de comunicação dentre vários outros. Diz respeito a atribuição de sons convencionais, voluntariamente articulados, ou um equivalente desses sons, aos diversos elementos da nossa experiência (p. 16).

Terwilliger (1974) precisa o significado da linguagem para a Psicologia. Ela é um comportamento complexo (ordenação de palavras e de sons de caráter seqüencial), um meio de comunicarmos idéias e intenções, regula nosso comportamento (é um comportamento mediador), e é um organizador da cognição (determina maneira de pensar e as outras formas de atividade mental).

Se é verdade, conforme coloca Jakobson (1963), que todos os outros sistemas simbólicos derivam da linguagem, no que diz respeito à comunicação informativa, não é menos verdade que, segundo Durand (1981), esta última é um dos sistemas de significação considerados pela semiologia. O desenvolvimento do estudo da comunicação humana possibilitou o nascimento de semiologias da imagem, do vestuário, dos objetos, dos gestos, entre outras.

Uma primeira consequência em considerar somente o material lingüístico como indicador de RS é enfatizar os aspectos informacionais e cognitivos das teorias do senso comum. Conforme Rouquette "a representação social sempre ultrapassa as amostras particulares da sua manifestação, sobretudo aquela lingüística" (p. 170, 1994). Jodelet, ao tratar dos estados e processos representacionais, observa que o estudo dos conteúdos representativos envolve diferentes suportes, tais como: linguagem falada, documentos, práticas, dispositivos materiais; e que isto pode ser feito de um modo diretamente observável, embora a organização latente deste conteúdo seja reconstruída pelo pesquisador (p. 55, 1989a). Para uma articulação entre estes aspectos cognitivos e outros aspectos, como o conativo, é necessária uma meta-análise, que nos permita a articulação entre as teorias do senso comum que

analisamos e a implicação da adoção destas representações para as atividades e relações sociais daqueles que as adotam.

A comunicação implica em influência social, deste modo não podemos esquecer que os dispositivos de coleta de material textual para o estudo das RS envolvem, antes de tudo, uma interação social interessada. Certamente esta interação vai incidir sobre o material recolhido pelo pesquisador, e devemos considerar dispositivos para que haja diminuição e certo controle desta influência, por isso a apresentação do pesquisador, o convite para a participação na pesquisa e as instruções têm uma importância fundamental para compreendermos o material textual obtido. Em se tratando do uso de questionário ou de entrevistas, as instruções fornecidas aos participantes da pesquisa deve ser o ponto de partida para a compreensão do sentido das suas respostas. Mesmo quando fazemos análise de material lingüístico produzido originalmente para outros fins, que não para a pesquisa, como foi o caso do concurso de roteiros de filmes preventivos contra a AIDS, realizado no contexto de uma campanha nacional francesa em 1993 (ver Camargo, 1998), o documento que originou este tipo de manifestação lingüística e gráfica deve ser tomado como elemento desencadeador destas respostas.

Textos, falas ou discursos?

Outro problema, observado particularmente no Brasil, é o uso generalizado do termo "discurso" para designar o material textual recolhido por algum dispositivo de coleta de dados. "Discursu" é diferente de "textu", esta segunda palavra latina indica as próprias palavras que se lêem num autor, num escrito (Séguier, 1960). O termo "texto", na pesquisa em Ciências Sociais, indica empiricamente duas possibilidades: (a) ato da fala, que responde a uma situação dada, transformado em material escrito e (b) material produzido originalmente na forma escrita e selecionado para ser analisado pelo pesquisador. "Discursu" refere-se a uma peça oratória própria para persuadir, mas também a exposição de idéias (faladas ou escritas). No pri-

meio sentido, o termo discurso está associado à retórica, refere-se à comunicação de um orador para um público, neste caso temos uma forma da linguagem enquanto tipo empírico verificável. No segundo sentido "discursu" apresenta uma acepção mais ampla do que aquela que se refere a um tipo de linguagem, a oratória.

Greimas entende discurso como um nível da estruturação da significação; aquele onde se articulam as unidades lexicais (p. 36, 1977). Embora o termo discurso seja definido pela lingüística como um conjunto de enunciados, de mensagens faladas ou escritas em oposição ao sistema abstrato da língua, ele é uma construção do pesquisador, que, conforme Orlandi (1983) corresponde no plano teórico-metodológico ao texto, este sim uma realidade empírico-analítica.

Na década de 70 o termo "discurso", no contexto das críticas às consequências do positivismo para as Ciências Sociais, passou a ressaltar o "curso do dizer", a enunciação, no quadro de um paradigma teórico específico do funcionamento social da linguagem: o materialista-histórico (ver Vygotsky, 1979). Pêcheux (1969), por exemplo, entendeu o termo "discurso" como produção derivada de um "sujeito", da sua posição num espaço social, entendida enquanto relações de força, característica de uma formação social historicamente dada (aquela da exploração do trabalho pelo capital). Orlandi (1983) observava que a significação do discurso transcendia os limites das palavras e construções de linguagem, residindo no lugar social dos interlocutores. Chegou-se a entender discurso como espaço de tensão e confronto entre o singular (indivíduo) e o conjunto (sociedade) (Camargo, 1985).

Considerar discurso como sinônimo de fala, embora tenha sido útil para estudos lingüísticos reintegrarem a participação dos locutores na dinâmica da língua, pode não ser pertinente para uma abordagem psicossocial do fenômeno do conhecimento do senso comum. O termo discurso, além de remeter à oratória (que não é o caso da maior parte das comunicações subjacentes à produção de material lingüístico das pesquisas sobre representações sociais), implica em convivermos com pressupostos controversos da sociolingüística crítica dos anos 70, tais como: (a) a enunciação é um indicador mais

pertinente do que o conteúdo da fala para o entendimento da significação, (b) nossas trocas lingüísticas sempre se dão num terreno de disputa de interesse e a significação da realidade é ideológica, ou seja, justificadora destes interesses e (c) a gênese das representações sociais podem ser recuperadas ao nível do planejamento verbal (do curso do dizer).

Primeiramente, o suporte lingüístico de uma apresentação social interessa ao psicólogo social, sobretudo, pela sua qualidade de referência ao objeto real da representação, e secundariamente pela especificidade lingüística da significação do mundo, embora esta última também seja um objeto real das sociedades humanas. Representar é apresentar uma coisa no lugar de outra, mas a coisa ausente continua essencial. O que indica, em termos de representação social, o material lingüístico, senão a relação cognitiva (um saber) e prática das pessoas e grupos com aspectos importantes da sua vida cotidiana e do mundo que as cerca? A natureza do fenômeno das representações sociais remete à precedência do conteúdo na análise do material lingüístico, considerado indicador deste fenômeno. As representações sociais são formas de saber com conteúdos, estrutura e geradas por processos particulares (Jodelet, 1989a). Negligenciar o conteúdo do fenômeno das representações sociais nos coloca no formalismo da crítica social, esvaziando assim o que é central para uma teoria que se propôs explicá-lo, a saber: o fato desta forma de conhecimento ser considerada construção de uma sociedade pensante no contexto da dinâmica das mudanças do cotidiano contemporâneo (Moscovici, 1981).

Segundo, nem toda representação social é ideológica, se entendermos ideologia como um saber que objetive legitimar lugares ou práticas sociais de quem os detém ou os utilize. Godelier (1984), ao precisar as funções do pensamento social e das suas representações, pontua a relação entre representações e ideologia. A primeira função da representação é apresentar uma dada realidade ao pensamento, a segunda (indissociável da primeira) é interpretá-la, a terceira função é permitir ao pensamento organizar as relações dos homens entre si e com a natureza, e a quarta se refere ao fato das representações legitimarem ou não estas relações. As interpretações podem ser ilusórias ou não, as primeiras remetem à

função ideológica das representações, e as segundas são indicadas pelo conjunto de saberes cotidianos que constituem o que Lévi-Strauss chamou de "ciência do concreto" (Godelier, 1984, p. 202).

Terceiro, as falas e os textos dos indivíduos indicam R.S., porém estas últimas não pertencem aos indivíduos, mas são adotadas ou compartilhadas por eles com os seus grupos de referência ou de participação. Daí a impertinência de indicadores formais dos elementos lingüísticos ao nível do planejamento verbal deste tipo de troca. Conforme Bernstein (1978), o planejamento verbal indica a dimensão psicológica das trocas através desta forma de comunicação. O fenômeno das representações sociais se situa num nível psicossociológico e sociológico de análise, e não psicológico. Doise (1992), ao examinar o processo de ancoragem, deixa claro que as representações sociais não podem ser analisadas ao nível psicológico, na medida em que ao mencionar a ancoragem psicológica refere-se a constelações de atitudes resultantes de organizações intra e interindividuais. Embora os elementos da enunciação possam ter um interesse particular para os estudos da dinâmica e dos processos de representações sociais, a condição de que eles sejam recorrentes no grupo considerado, estes processos representacionais só podem ser compreendidos enquanto dinâmica de conteúdos estruturados. E mesmo quando nosso interesse é o estudo dos processos que geram representações sociais (objetivação e ancoragem), podemos também recuperá-los descrevendo e comparando os elementos (conteúdo) de diferentes momentos-produto deste conhecimento social compartilhado (comparação evolutiva).

Os planos empírico-analítico e teórico-metodológico

O fato que queremos salientar é que na análise de materiais lingüísticos como indicadores de representações sociais, muitas vezes produz-se uma indefinição entre o plano empírico-analítico e o plano teórico-metodológico da pesquisa sobre este fenômeno. E isto prejudica a objetividade do conhecimento produzido, na medida em que o material lingüístico dos participantes das investigações tem um tratamento

homólogo ao material lingüístico produzido pelo pesquisador, sobretudo no momento da interpretação dos dados. Embora estes textos sejam interpretações dos participantes sobre um aspecto da realidade, estas interpretações passam a ser objeto de análise e de interpretação do pesquisador. No entanto o estatuto destes dois tipos de interpretação é diferente, na medida em que um opera no espaço do conhecimento consensual e o outro no espaço do conhecimento especializado ou reificado (Moscovici, 1981).

Como já colocamos, quando se utiliza material lingüístico, ele pode ser recolhido de duas formas, por escrito ou falado. O material falado, quando sucinto é anotado e quando mais extenso é gravado para posterior transcrição. A análise deste tipo de material, na maior parte das vezes, incide sobre um texto; independente deste texto ser resultado de respostas orais a perguntas abertas ou respostas escritas pelo participante da pesquisa.

O exame de uma representação social exige comparação de textos e verificação de recorrência dos elementos lingüísticos (palavras) e das suas relações (estruturação das palavras). As palavras, no plano empírico, correspondem aos elementos de uma representação, no plano teórico. Harré (1989) fala do léxico enquanto vetor de representações sociais, para ele o vocabulário, o repertório é um indicador concreto de representações sociais. Como o conteúdo, sobretudo o referente, tem uma importância central para esta teoria, muitas palavras do texto bruto, como por exemplo: "está" e "tá", indicam a mesma coisa ao nível representacional. E ainda, uma série de palavras não tem importância alguma para este estudo, enquanto que para uma análise psicológica ou lingüística teriam, como: "não é", "né", "entendeu", "veja", "olhe", "daí" etc., indicadores fáticos que funcionam para manter a troca verbal no contexto do diálogo entre o pesquisador e o participante da pesquisa. Na passagem do texto bruto para texto relativo ao "corpus de análise" (entendido aqui como o conjunto de textos selecionados, no quadro de uma pesquisa documental, ou transcrito, quando se tratar de entrevistas, depoimentos e questionários) é necessário um procedimento de depuração destas palavras que não contribuem para a significação do objeto focalizado pela pesquisa.

A construção do *corpus* da análise deve garantir a extensão do material textual em função dele representar os grupos considerados na análise. Só podemos falar em representações sociais no caso de saberes compartilhados, e uma indicação de que uma forma de compreensão de um dado objeto é efetivamente social envolve a recorrência de elementos e da estruturação entre eles nos membros identificados ou pertencentes a um grupo (seja ele taxionômico ou real). Então, na maior parte das vezes, a economia da quantidade de participantes nos estudos de representações sociais pode prejudicar a qualificação de "social" ao tipo de pensamento estudado. Conforme Henry e Moscovici (1968) temos dois planos interdependentes na análise de conteúdo: o vertical (análise das condições de produção) e o horizontal (análise dos textos). O procedimento de análise dos textos é determinado pelo plano vertical (objetivos da análise, escolha do material) e este último também é determinado pelos textos, na medida em que o textual deve as condições de produção consideradas.

Análise de evocações de palavras e análise contextual de conjuntos de segmentos de texto

No Brasil, a análise sistemática do conteúdo do material textual, enquanto indicador de representações sociais, é bastante recente. O primeiro reflexo de uma parcela considerável de pesquisadores e estudantes brasileiros, que escreveram sobre este fenômeno, foi o de fazê-lo no quadro de uma epistemologia materialista histórica, e continuaram a empregar o que se denomina "análise do discurso", como recurso para organizar os seus dados, com todas aquelas decorrências que já apontamos na primeira parte deste trabalho (Ver Spink, 1995). Se a noção chegou aqui em meados da década de 80, as técnicas mais sistematizadas para a análise de dados representacionais tiveram maior difusão 10 anos mais tarde.

No sentido de ilustrar um esforço de aprimoramento metodológico no estudo das representações sociais, concluiremos este artigo com alguns comentários sobre dois tipos de procedimentos, den-

tre outros, atualmente muito empregados no estudo das representações sociais.

O primeiro tipo de procedimento refere-se às técnicas de evocação e associação de palavras, empregadas no estudo da estruturação dos elementos da representação social. A análise de evocações consiste em uma espécie de análise lexicográfica, onde o índice empírico: "palavra" corresponde ao "indicador" elemento de uma representação social. Sá (1996) já descreveu em detalhe este tipo de procedimento, especificando as suas diversas técnicas. Ele mostra que as técnicas de evocação e a de associação de palavras são uma etapa na análise da estrutura de uma representação social. Elas levantam seus possíveis elementos centrais, respectivamente, com base em dois critérios: saliência e conexão. A saliência é estudada através de questionários de evocação livre e da hierarquização dos itens evocados. A conexão é estudada através da análise de similitude, o método mais empregado consiste em solicitar que os sujeitos que façam uma lista de pares com as palavras ou expressões que parecem ter relação (anteriormente evocadas pela técnica precedente).

As representações sociais, para este primeiro tipo de procedimento, são concebidas como sistemas socio-cognitivos verificados pela estruturação de elementos lingüísticos. Dois programas informáticos nos auxiliam nas operações preliminares do material textual, apresentado sob a forma de listas de palavras ou expressões: o EVOC ("Ensemble de programmes permettant l'analyse des évocations") e o SIMI ("Analyse de similitude des questionnaires et de données numériques") (Ver Vergès, 1999 e Vergès, Barbry, Scano e Zeliger, 1997).

Glady (1986) indica alguns problemas decorrentes do emprego um questionário de associação de palavras. Segundo ele, um questionário deste tipo propõe uma tarefa cognitiva de associação, que resulta em ligação de conceitos, e esta ligação indica uma representação social. Os gráficos resultantes da manipulação de noções referentes a um objeto, por parte dos participantes da pesquisa, mostram espaços cognitivos coletivos a respeito do mesmo. Conforme Glady, onde pressupomos identificar representações sociais, poderíamos estar constatando a competência

dos participantes em raciocinar abstratamente; assim o questionário de associação poderia induzir uma estruturação e conseqüentemente uma representação social ou a não existência dela pela facilidade ou dificuldade dos participantes em abstrair. Esta crítica, em certa medida é pertinente, mas não invalida este tipo de procedimento, pois além da influência dos tipos de tarefas solicitados (de evocação, de associação, de hierarquização e de classificação) no material textual produzido; os pesquisadores levam em conta este tipo de influência na preparação das condições de produção (plano vertical) deste tipo conteúdo além de algumas vezes associarem este procedimento metodológico a outros.

O segundo tipo de procedimento, utiliza textos produzidos de modo "mais natural" (material escrito da mídia, falas durante uma entrevista, depoimentos, relatos etc.), mas nem por isso menos imunes a influência do plano vertical sobre o material (o plano horizontal). Existem várias técnicas de análise quantitativa de material textual curvoso, e a maior parte delas está informatizada (Ver Lebart e Salem, 1994). No início de 1998 introduzimos no Brasil o programa informático ALCESTE ("Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segments de Texte"). Este programa apresenta um interesse particular, pois além de permitir uma análise lexicográfica do material textual, através de uma análise hierárquica descendente oferece contextos textuais que são caracterizados pelo seu vocabulário, e também por segmentos de textos que compartilham este vocabulário (Reinert, 1998). Conforme Reinert (1990), o fenômeno lingüístico pode ser descrito em 3 níveis: o da palavra, o do enunciado e aquele além do textual (envolvendo os interlocutores e a situação de comunicação). O contexto cognitivo se refere, a dois aspectos, um é o ambiente de uma palavra dentro do texto, operacionalizado pela noção de unidade de contexto; e outro em relação ao uso da mesma no *corpus*, operacionalizada pela noção de contexto-tipo (onde ocorre regularidades na distribuição do vocabulário nestas unidades de contexto). O primeiro aspecto remete a representação individual e o segundo a coletiva. O *corpus* indica um universo referencial (um objeto) que interessa o

pesquisador. O método de análise fornece uma divisão do *corpus* em sub-*corpus* ou classes (contexto-tipo), que para Reinert indicam empiricamente quadros perceptivo-cognitivos mais estáveis e coerentes, constituindo um "mundo" onde ganha significação cada objeto. Estas classes de palavras e de unidades de contexto elementar, ao nível do programa informático, são compostas composta de várias unidades de contexto elementar (segmentos que constituem o ambiente da palavra) em função da classificação mencionada. Ao nível teórico-metodológico, considerando os limites das manifestações lingüísticas, estas classes podem estar indicando representações sociais ou ao menos campos de imagens sobre um dado objeto (Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo, 1999). O que vai definir se elas indicam representações sociais ou apenas uma representação social são os seus conteúdos e a relação deles, seja interna a cada classe (sub-*corpus*), entre as classes e com os fatores ligados ao plano geral de cada pesquisa (geralmente expresso na seleção diferenciada dos participantes segundo sua identificação ou afiliação grupal, suas práticas sociais anteriores etc. Este procedimento apresenta interesse na medida em que permite considerarmos a palavra no seu contexto natural de uso, o que nos permite levar em conta o aspecto polissêmico desta unidade lingüística enquanto índice do elemento da representação social.

Concluindo, estes dois procedimentos fornecem critérios restritos, mas objetivos, para a análise de materiais textuais, enquanto indicadores de representações sociais, e não são excludentes, podendo ser empregados de modo complementar neste tipo de estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abrie, J.-C. (org.). (1994). *Pratiques sociales et représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Bauer, M. W. e Gaskell, G. (2000). *Qualitative researching with text, image and sound. A practical handbook*. London: Sage.
- Beck, U. (1992). *Risk society. Toward a new modernity*. London: Sage.

- Bernstein, B. (1978). Comunicação verbal, código e socialização. Em G. Cohn (org.), *Comunicação e indústria cultural* (pp. 83-104). São Paulo: Nacional.
- Camargo, B. V. (1985). *Consciência da formação profissional na universidade: Estudos de caso da (re) produção do profissional de nível superior*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Camargo, B. V. (1997). *Communication et prévention du sida: Études sur le rapport entre l'information télévisuelle, les représentations sociales et la pratique préventive chez les jeunes lycéens*. Tese de Doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, França.
- Camargo, B. V. (1998). Representações sociais do preservativo e da AIDS: Spots publicitários escritos por jovens para a televisão francesa. Em D. Jodelet e M. Madeira (orgs.), *AIDS e representações sociais: À busca de sentidos* (pp. 155-173). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45 (405), 189-195.
- Durand, J. (1981). *Les formes de la communication*. Paris: Dunod.
- Flick, U. (2001). Interpretive social psychology. Qualitative methods in the study of social representation. Em F. Buschini e N. Kalampalikis, *Penser la vie, le social, la nature. Mélanges en l'honneur de Serge Moscovici* (pp. 201-218). Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity. Self and society in the late modern age*. Cambridge: Polity Press.
- Glady, M. (1986). Les opérations socio-cognitives mobilisées par un questionnaire d'association de mots. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, (9), 4-22.
- Godelier, M. (1984). *L'idéal et le matériel. Pensée, économie, sociétés*. Paris: Fayard.
- Greimas, A. J. (1977). *Sémantique structurale*. Paris: Larousse.
- Harré, R. (1989). Grammaire et lexiques, vecteurs des représentations sociales. Em D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales* (pp. 131-151). Paris: Presses Universitaires de France.
- Henry, P. e Moscovici, S. (1968). Problèmes de l'analyse de contenu. *Langages*, 11, 36-60.
- Hewstone, M.; Stroebe, W.; Codol, J. P. e Stephenson, G. (1989). *Introduction to social psychology*. Oxford: Blackwel.
- Jakobson, R. (1963). *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit.
- Jodelet, D. (1989a). Représentations sociales: Un domaine en expansion. Em D. Jodelet (ed.), *Les représentations sociales* (pp. 31-61). Paris: Presses Universitaires de France.
- Jodelet, D. (1989b). *Folies et représentations sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lazarsfeld, P. (1965). Des concepts aux indices empiriques. Em R. Boudon e P. Lazarsfeld (eds.), *Le vocabulaire des sciences sociales* (pp. 27-37). Paris: Mouton.
- Lebart, L. e Salem, A. (1994). *Statistique textuelle*. Paris: Dunod.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France. (Originalmente publicado em 1961).
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. Em J. P. Forgas (org.), *Social cognition: Perspectives on everyday understanding* (pp. 181-209). London: Academic Press.
- Moscovici, S. (org.). (1984). *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Orlandi, E. P. (1983). *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense.
- Pêcheux, M. (1969). *Analyse automatique du discours*. Paris: Dunod.
- Reinert, M. (1990). Alceste. Une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de G. de Nerval. *Bulletin de Méthodologie Sociologique*, (28), 24-54.
- Reinert, M. (1998). *Alceste: Analyse de données textuelles*. Manuel d'utilisateur. Toulouse: IMAGE.
- Rouquette, M.-L. (1973). Les communications de masse. Em S. Moscovici (org.), *Introduction à la psychologie sociale 2*, 214-243. Paris: Larousse.
- Rouquette, M.-L. (1994). *Sur la connaissance des masses: Essai de psychologie politique*. Grenoble: PUG.
- Sá, C. P. (1996). *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes.

- Sapir, E. (1985). *A linguagem*. São Paulo: Perspectiva (Trabalho original publicado em 1921).
- Secord, P. F. e Backman, C. W. (1964). *Social psychology*. New York: McGraw-Hill.
- Séguier, J. (dir.). (1960). *Dicionário prático ilustrado*. Porto: Lello & Irmãos.
- Spink, M. J. P. (org.). (1995). *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense.
- Tajfel, H. (1978). Social psychology as social science. Em H. Tajfel e C. Fraser, *Introducing social psychology* (pp. 21-53). Middlesex: Penguin.
- Tajfel, H. e Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour. Em S. Worschel e W. G. Austin (orgs.), *Psychology of intergroup relations* (pp.7-27). Chicago: Nelson-Hall.
- Terwilliger, R.F. (1974). *Psicologia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/EDUSP.
- Vala, J. e Monteiro, M. B. (orgs.). (1993). *Psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Veloz, M.C.T.; Nascimento-Schulze, C.M. e Camargo, B.V. (1999). Representações sociais do envelhecimento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12 (2), 479-501.
- Vergès, P. (1999). *Ensemble de programmes permettant l'analyse des évocations*. Manuel d'utilisateur. Aix en Provence: Université Aix en Provence.
- Vergès, P.; Barbry, W.; Scano, S. e Zeliger, R. (1997). *Analyse de similitude de questionnaires et de données numériques*. Manuel d'utilisateur. Aix en Provence: Université Aix en Provence.
- Vygotsky, L. S. (1979). *Pensamento e linguagem*. Lisboa: Antídoto.
- Wagner, W. (1998). Social representations and beyond: Brute facts, symbolic coping and domesticated worlds. *Culture and Psychology*, 4 (3), 297-329.
- Wagner, W.; Duveen, G.; Farr, R.; Jovchelovitch, S.; Lorenzi-Cioldi, F.; Marková, I. e Rose, D. (1999). Theory and method of social representations. *Asian Journal of Social Psychology*, 2, 95-125.
- Wallerstein, I.; Juma, C.; Keller, E.F.; Kocka, J.; Lecourt, D.; Mudimbe, V.Y.; Mushakoji, K.; Prigogine, I.; Taylor, P.J. e Trouillot, M.R. (1996). *Para abrir as ciências sociais*. São Paulo: Cortez.

Recebido em: 28/06/01

Aceito em: 15/04/02